

Alerta Geral

Presidente Fernando Henrique foi reeleito por expressiva maioria pela credibilidade que seu governo imprimiu à estabilização da economia e pela franqueza na abordagem da crise financeira internacional que atingiu o Brasil. Garantiu o presidente da República que o sacrifício maior do ajuste fiscal recairia sobre o setor público.

As informações que dão conta do desenho do ajuste fiscal, previsto para o primeiro dos três anos da dieta de emagrecimento dos déficits públicos que o Brasil está se comprometendo a seguir junto ao FMI, não combinam com o que anunciou o presidente. Deveriam, portanto, ser desautorizadas pela assessoria de Comunicação da Presidência.

De acordo com a nota conjunta do Ministério da Fazenda e do FMI, o Brasil se compromete a elevar o atual superávit primário nas contas públicas – o cotejo da receita e despesas, excluídos os juros da dívida pública – de 0,5% do PIB este ano para 2,6% em 1999. Para 2000 a meta passa a 2,8% do PIB e a 3% do Produto Interno Bruto em 2001.

A dimensão do ajuste em 99 varia de R\$ 23,7 bilhões a R\$ 28 bilhões, dependendo das diferentes metodologias para calcular a equivalência do PIB em dólar. Mas as medidas anunciadas permitem supor que o maior peso do ajuste recairia sobre o setor privado – vale dizer, sobre as empresas e o contribuinte – e não sobre o setor público como anunciou Fernando Henrique há duas semanas.

Pode-se admitir que as informações sejam balão de ensaio. Como oficialmente a equipe econômica joga com três cenários – os quais conduzem à obtenção das metas fiscais acordadas com o FMI, mas produzem, pelo caminho, dife-

rentes efeitos na economia – procura-se avaliar antes a reação da sociedade às hipóteses postas em circulação.

Antes do desenho definitivo do ajuste fiscal, é indispensável fixar algumas premissas. Não pode ser considerado como corte de gastos públicos o aumento da retenção, pelo Fundo de Estabilização Fiscal, de 20% para 30% das receitas do IPI e do imposto de renda que seriam destinadas aos fundos de participação dos estados e municípios.

Se, em vez de ir para o caixa dos governadores e prefeitos, o dinheiro dos impostos ficar retido pela União para arcar com os compromissos do Orçamento e a cobertura de encargos sociais, isso não pode ser caracterizado como corte de gastos públicos. Seria no máximo esterilização de gastos, pois a União tem sido comprovadamente mais austera e responsável que os estados e os municípios.

O que está anunciado até agora em matéria de corte nos gastos de custeio da máquina pública é uma economia de R\$ 8 bilhões. Ela seria inferior ao aumento da arrecadação anunciada, de R\$ 11,4 bilhões.

As hipóteses vazadas contrariam a palavra do presidente da República. O histórico de ajuste fiscal no Brasil mostra que a intenção do ajuste mediante acréscimo da carga fiscal costuma sair pela culatra. Além de precipitar o natural aumento da sonegação, desequilibrando o jogo econômico entre o bom e o mau pagador, a folga na arrecadação tributária conduz ao aumento dos déficits. A prova são as 51 medidas adotadas no ano passado, que não impediram o déficit público nominal de saltar de 4,3% para 7,8% do PIB. O presidente deveria pedir a seus ministros que eliminasse os temores o quanto antes.